**ATA DA 11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 22 de abril de 2019

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e dez minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Dalmiro Almeida-PP, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando à 1.ª Secretária, Vereadora Beatriz Priebe Silveira -PDT, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PSDB: Alfredo Castillos de Los Santos, Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. A seguir, solicitou a leitura da Ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO onde constaram os protocolos de n.ºs 0235 a 0238 e 0242/2019. Ato contínuo, não havendo inscritos em PALAVRA NO EXPEDIENTE, o Presidente passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna os Vereadores Beatriz Priebe Silveira, Jacqueline Ferreira e Edmundo Pichler. Na sequência, solicitou a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.º: 0243 e 0244/2019 - Da Comissão de Constituição e Justiça. Em continuidade, solicitou a leitura de PARECER sobre os seguintes: PROCESSO n.º 0225/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Substitutivo ao PL n.º 005/2019, que “Altera a Lei Municipal n.º 1.128, de 03 de junho de 2013 – Institui o auxílio alimentação aos servidores municipais”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores. Na sequência, solicitou a leitura dos PROJETOS EM TRAMITAÇÃO, sendo: EM SEGUNDA DISCUSSÃO: PL n.º 002/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria crédito especial de natureza especial no valor global de R$75.000,00”; Em TERCEIRA DISCUSSÃO: PL n.º 003/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera o coeficiente do nível básico de carreira do magistério”; PL n.º 004/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera a Unidade de Referência Salarial – URS, para o exercício de 2019”; PL n.º 006/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza a contratação emergencial de agente comunitário de saúde”. Após, havendo número legal o Presidente deu início à ORDEM DO DIA, com votação de REQUERIMENTO e de PARECERES sobre PROJETO DE RESOLUÇÃO, bem como, sobre PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS, sendo: a) REQUERIMENTO n.º: 0244/2019 – Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – “Requer, após ouvido o Colendo Plenário, nos termos do Art. 33, § 2.º, do Regimento Interno, a interrupção de tramitação do PL n.º 01/2019 – Dos Vereadores JACQUELINE FERREIRA e LUIS EDUARDO NUNES GONÇALVES, que “Institui a isenção de cobrança de IPTU para idosos com benefício de prestação continuada, pensionistas ou aposentados”, até o comparecimento dos autores da matéria, na reunião da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre o referido projeto”, aprovado por unanimidade; b) VOTAÇÃO DE PARECERES: 1) SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO: PR n.º 001/2019 – MESA DIRETORA – “Autoriza a Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, a desassociar-se da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul – UVERGS”, aprovado de forma unânime; 2) SOBRE PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS: PL n.º 007/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Concede revisão anual de subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal”, rejeitado por 05 (cinco) votos a 03 (três), dos Vereadores Alfredo Castillos de Los Santos, Beatriz Priebe Silveira, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; PL n.º 008/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Concede Revisão anual de subsídios dos Secretários Municipais”, aprovado unanimemente; PL n.º 010/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 – PPA”, aprovado por unanimidade; PL n.º 011/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019, a seguinte ação”, aprovado de forma unânime; PL n.º 012/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$51.700,00”, aprovado unanimemente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário (a)